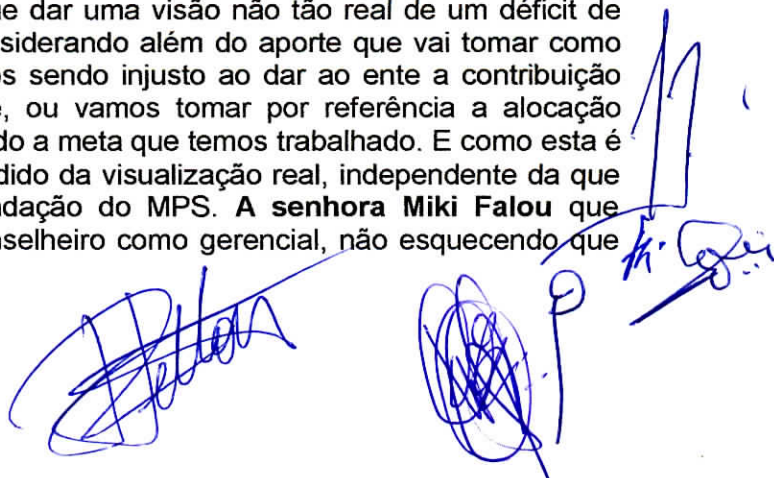


1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2011.**

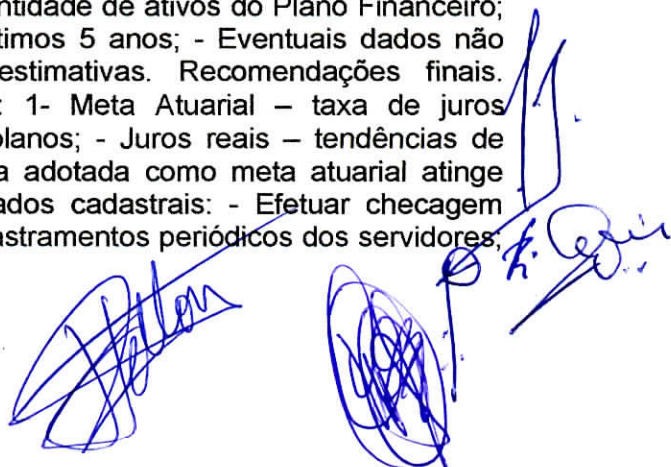
3
4 Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e onze, às dezesseis horas e dez
5 minutos, no Auditório do Prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua
6 Binga Uchôa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela primeira vez
7 ordinariamente, o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião foi aberta pelo
8 Senhor Presidente **ELCIO JOSÉ DE SOUZA FERREIRA**, que cumprimentou os
9 Senhores Conselheiros e demais presentes. Dando prosseguimento. **PAUTA – ITEM**
10 **01 – O Senhor Presidente proferiu com a LEITURA DO EDITAL** número, zero, zero,
11 dois, de dois mil e onze, o qual convoca os Conselheiros para se fazerem presentes
12 na primeira reunião ordinária do ano de dois mil e onze. **PAUTA – ITEM 02 – A**
13 **Secretária fez a VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os
14 Conselheiros presentes na seguinte ordem, **KELSON DE FREITAS VAZ**, presente,
15 **JULIANO DEL CASTILLO SILVA** (chegou às 16h30), presente, **CLAUDIO PINHO**
16 **SANTANA** (chegou às 16h29), presente, **CONSTANTINO AUGUSTO TORK**
17 **BRAHUNA**, presente, **PAULO JOSÉ DA SILVA RAMOS**, ausente, **DAMILTON**
18 **BARBOSA SALOMÃO**, presente, **LUIZ MARCOS DA SILVA**, presente, **MARCIO**
19 **RONEY NEVES SOUSA**, presente, **MARIA IOLETE DA SILVA NUNES**, presente,
20 **HELTON PONTES DA COSTA**, presente, **HEDY ROBSON DE GILDO SOARES**,
21 presente, **LADILSON COSTA MOITA**, presente, **LOURIVAL PINHEIRO BORGES**,
22 presente, **XIRLENE DO SOCORRO COSTA**, ausente, **FERNANDO CEZAR PEREIRA**
23 **DA SILVA**, presente. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA DAS JUSTIFICATIVAS DE**
24 **AUSÊNCIAS:** O Conselheiro Paulo José não recebeu convocação, devido não ter sido
25 encontrado. **PAUTA – ITEM 04 – Apreciação e votação da ata referente à 13ª**
26 **Reunião Ordinária do ano 2010; O Presidente colocou que a minuta da ata foi**
27 **enviada no dia 09/02/11 para os e-mails dos Conselheiros que outrora procederam**
28 **com a 13ª reunião ordinária de 2010, e em razão do término do mandato dos**
29 **Conselheiros ficou pendente e conforme art. 26, inciso I do Regimento Interno do**
30 **CEP/AMPREV, consta nesta pauta para apreciada e aprovada deste Conselho.**
31 **Colocou para apreciação do plenário. O Conselheiro Constantino falou que nada**
32 **impedia que a matéria fosse examinada, mas que fosse dado o conhecimento do teor**
33 **da ata aqueles que agora vão aprovar ou não. O Conselheiro Fernando falou que**
34 **teve atento a este item, e lhe trouxe uma preocupação em algumas demandas**
35 **ocorrida naquela sessão, porque o Conselho apreciou na 13ª reunião ordinária de**
36 **2010 tão somente a minuta de um provável termo de acordo a ser celebrado entre os**
37 **entes e a AMPREV, mas teve o conhecimento que um dos termos de acordo firmado**
38 **com o Poder Executivo, consta que foi aprovado nesta referida reunião ordinária,**
39 **inclusive entrou com um expediente ao qual solicita uma reunião extraordinária, mas**
40 **recebeu indeferimento, de qualquer sorte a Diretoria Executiva não apreciou, o fato é**
41 **que argumentou que a expressão contida naquele termo de acordo é literalmente**
42 **mentirosa, porque não houve deliberação nenhuma do Conselho, e de outro modo o**
43 **Conselho já havia se posicionado contrario a qualquer tipo de termo de acordo de**
44 **eventuais compensações de benefícios previdenciários, dentre eles, auxílio**
45 **maternidade e auxílio doença, que deveria ser discutido em outro momento, e no texto**
46 **do termo de acordo consta o montante de 5.564.378,65 (cinco milhões quinhentos e**
47 **sessenta e quatro mil trezentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos),**
48 **dando o texto a entender que este valor seria inquestionável, e gerando como efeito**
49 **de pagamento da primeira parcela, assunto não foi discutido e nem autorizado pelo**
50 **Conselho. Após discussões. O Conselheiro Juliano falou que, o tema que vai ser**
51 **discutindo seria relativo a ouvir a sessão anterior e discutir o modelo e regras do**
52 **acordo, não entrará no mérito dos termos de acordos. O Conselheiro Brahuna disse**
53 **que poderia discutir o modelo, e também os acordos firmados, porque há um princípio**

54 que a administração pode a todo tempo rever seus atos, revogando-os quando em
55 conveniente. **O Conselheiro Ladilson colocou** que a reunião extraordinária para
56 discussão desta matéria deveria ser realizada no dia quinze de março, em razão de
57 que havia um interesse do Poder Executivo, que inclusive já está efetuando o
58 pagamento das parcelas da Dívida Previdenciária conforme o termo de acordo
59 assinado. **O Presidente colocou** para apreciação do plenário, a avaliação da ata e se
60 houver necessidade de vislumbrar a possibilidade em que os acordos devam ser
61 discutidos, será agendada outra reunião extraordinária, específica para a avaliação
62 dos termos de acordos. **Deliberação: O Conselho aprovou por unanimidade de**
63 **votos, a retirada de pauta do item 04, para caminhamento antecipado do áudio e**
64 **minuta da ata referente à 13ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de**
65 **Previdência de 2010, para apreciação e aprovação na reunião extraordinária para**
66 **o dia 15 de março de 2011. PAUTA – ITEM 05 – Proposta do Calendário de**
67 **Reuniões Ordinárias para o ano 2011; O Presidente falou** que pela regra
68 estabelecida no Conselho, a última quinta feira, de cada mês, será realizada a reunião
69 ordinária do Conselho Estadual de previdência – CEP/AMPREV, e as reuniões
70 extraordinárias serão marcadas eventualmente de acordo com a necessidade.
71 Colocou para apreciação. **Deliberação: O Conselho aprovou por unanimidade de**
72 **votos, o Calendário de Reuniões Ordinárias para o ano de 2011. O Conselheiro**
73 **Fernando pediu uma questão de ordem,** falou que a proposta do dia quinze de
74 março surgiu em razão da necessidade de apreciação da ata, e o calendário aponta
75 uma reunião extraordinária para o dia trinta e um de março, e não viu ninguém fazer
76 exclusão, perguntou se seria mantida. **O Presidente colocou** que será mantida para
77 avaliação dos termos de acordos e perguntou se todos concordavam. Todos
78 Concordaram. **PAUTA – ITEM 06 – Apresentação preliminar da Avaliação**
79 **Atuarial para 2011; O Presidente passou** a oportunidade para as senhoras Miki
80 Massui e Wilma Torres, que são as atuarias contratadas para realização da avaliação
81 Atuarial da AMPREV. Em seguida foi feito a apresentação através de slides. **A**
82 **senhora Wilma cumprimentou** a todos e apresentou a sua empresa que há dois
83 anos vem prestando serviços de Avaliação Atuarial na AMPREV. **A senhora Wilma**
84 **falou** que os resultados a serem apresentados são preliminares, e que a avaliação
85 consiste da análise do plano de benefícios, cálculo do custo atuarial (presente, futuro),
86 plano de custeio, nível de benefícios e demais condições legais vigentes, tendo como
87 meta o posicionamento da situação real do plano de benefícios, de modo que
88 possibilite à visualização da situação financeira e atuarial do plano; Os cálculos
89 atuariais levam em consideração as particularidades individuais de cada segurado,
90 assim como regras contidas na legislação vigente na data base, no caso em 31 de
91 dezembro de 2010; Os resultados da avaliação atuarial é a soma dos cálculos
92 individuais com base nos dados cadastrais fornecidos pelo Instituto; A avaliação
93 atuarial que é de ordem e obrigatória, e tem como finalidade a elaboração do DRAA –
94 Demonstrativo de Resultados de Avaliação Atuarial e o respectivo parecer atuarial,
95 obrigatórios para postagem no sitio da SPS – Secretaria de Previdência Social com
96 limite em 31 de março de cada ano; O DRAA contém os resultados da Avaliação
97 Atuarial, como Ativo líquido do plano, provisões matemáticas, e demais resultados
98 estatísticos obtidos através dos cálculos baseados em normas técnicas/atuariais
99 internacionalmente aceitas pertinentes ao plano e de acordo com a legislação vigente;
100 A legislação da AMPREV que deu respaldo ao Cálculo Atuarial: lei 066 de 03 de maio
101 de 1993, lei 9717 de 27 de novembro de 1998, Emenda Constitucional nº. 20 de 15 de
102 dezembro de 1998, lei 448 de 07 de julho de 1999, Emenda Constitucional nº. 41 de
103 31 de dezembro de 2003, lei 10887 de 18 de junho de 2004, Emenda Constitucional
104 nº. 47 de 05 de julho de 2005, lei 915 de 18 de agosto de 2005, lei 1120/2007, Portaria
105 402 e 403 de 10/12/2008, Decreto Estadual 1739/2009 e Lei 1432 de 29/12/2009; A

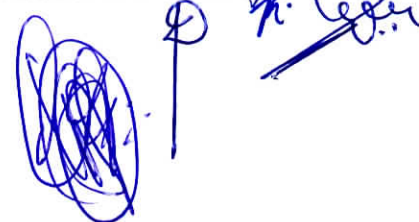
106 senhora Miki continuou a apresentação, falou que basicamente a AMPREV tem dos
107 dois grupos distintos de participantes, enquadrados nos seguintes grupos; - 1 - Plano
108 Financeiro – grupo de participantes com data de admissão até 31/12/2005 e os
109 respectivos inativos e pensionistas; - 2 - Plano Previdenciário - grupo de participantes
110 com data de admissão a partir de 01/01/2006 e os respectivos inativos e pensionistas.
111 De acordo com a Lei 1.432/2009, os aposentados e pensionistas que vierem a entrar
112 em gozo de benefício até a data da publicação da Lei (29/12/2009) devem ser
113 considerados no Plano Financeiro – período de transição; Esta separação é chamada
114 de segregação de massa, com o objetivo de se fazer o equacionamento de um déficit
115 que a AMPREV vinha apresentando nas últimas avaliações atuariais; A partir deste
116 exercício, temos uma orientação da SPS – Secretaria da Previdência Social que afeta
117 principalmente os planos financeiros, que é adotar uma taxa de juros 0% (a.a.); Para
118 fins de informações estão tentando convencer o Ministério da Previdência Social -
119 MPS, quanto a esta determinação de uso da taxa de juros 0% (a.a.), a AMPREV tem
120 um patrimônio que está locado ao Plano Financeiro que permite em algum tempo, a
121 sobrevivência do plano sem aporte extraordinário dos entes. As Hipóteses financeiras
122 utilizadas no Plano Financeiro; - Taxa de juros real (a.a.) 0,00%; - Taxa Real de
123 crescimento do salário por mérito (a.a.) 1,00%; - Fator de determinação do valor real
124 ao longo do tempo dos salários e dos benefícios (a.a.) 100,00%. As Hipóteses
125 financeiras utilizadas no Plano Previdenciário; - Taxa de juros real (a.a.) 6,00%; - Taxa
126 Real de crescimento do salário por mérito (a.a.) 1,00%; - Fator de determinação do
127 valor real ao longo do tempo dos salários e benefícios (a.a.) 100,00%. Hipóteses
128 biométricas utilizadas nos Planos Financeiro e Previdenciário: são os instrumentos
129 mais utilizados pelos atuários, é feito a projeção utilizando as expectativas de
130 sobrevivência, invalidez, falecimento e etc.; Sobre o Regime financeiro do plano
131 Financeiro a AMPREV tem o regime orçamentário, que significa que se houver um
132 déficit o orçamento cobre, para fins de demonstração do DRAA vem como repartição.
133 E para o Plano Previdenciário é utilizado capitalização para os benefícios que são
134 programados, repartição de capitais de cobertura para os benefícios de invalidez e
135 morte que não temos como prevê e os de repartição simples são os benefícios que foi
136 feitos aleatórios. Para o Plano Financeiro este ano temos um ativo financeiro de R\$
137 880.780.523,03 (oitocentos e oitenta milhões setecentos e oitenta mil quinhentos e
138 vinte e três reais e três centavos), e uma provisão matemática previdenciária de R\$
139 3.647.260.513,97 (três bilhões seiscentos e quarenta e sete milhões duzentos e
140 sessenta mil quinhentos e treze reais e noventa e sete centavos), isso significa que
141 oficialmente temos um **déficit de R\$ 2.766.479.990,94 (dois bilhões setecentos e**
142 **sessenta e seis milhões quatrocentos e setenta e nove mil novecentos e noventa**
143 **reais e noventa e quatro centavos)**, comparado ao ano passado, nós tínhamos um
144 valor de R\$ 1.441.879.350,15 (um bilhão quatrocentos e quarenta e um milhões
145 oitocentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta reais e quinze centavos), houve
146 este impacto em razão da recomendação da SPS que tiveram que projetar a taxa de
147 0% (a.a.) no ativo líquido da AMPREV. **A senhora Wilma falou** que no parecer
148 atuarial será feito a ressalva de que este déficit de 2011 é irreal, pela decorrência da
149 instrução no plano ativo que teve que ser aplicado a taxa de juros 0% (a.a.). **O**
150 **Conselheiro Fernando falou** que considerando que a demonstração coloca a
151 questão da taxa de juros 0% (a.a.), que dar uma visão não tão real de um déficit de
152 dois bilhões e setecentos milhões, considerando além do aporte que vai tomar como
153 primícias aquele déficit, não estaríamos sendo injusto ao dar ao ente a contribuição
154 praquilo que não necessita realmente, ou vamos tomar por referência a alocação
155 hipotética de um juro de 6% que tem sido a meta que temos trabalhado. E como esta é
156 uma apresentação preliminar, fez o pedido da visualização real, independente da que
157 será postada, que atende a recomendação do MPS. **A senhora Miki Falou** que
158 podem incorporar a solicitação do Conselheiro como gerencial, não esquecendo que



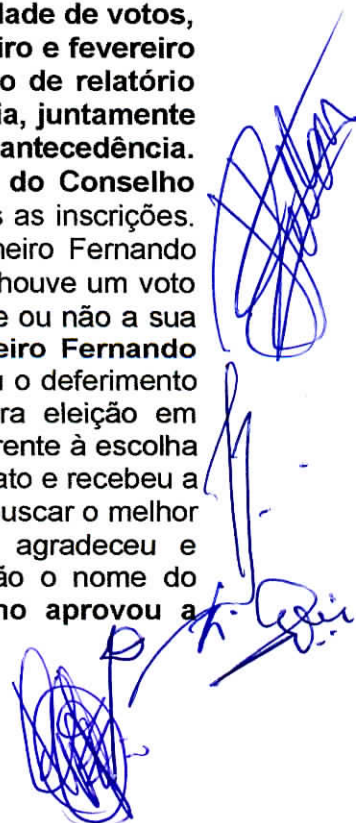
159 realmente a posição que será oficial é a que foi apresentada. Foi apresentado o
160 demonstrativo oficial que será postado no site. **A senhora Miki falou** sobre o custeio
161 do plano continua 12% para o ente público e 11% para os servidores. **O Presidente**
162 **falou** que tem o mesmo questionamento do Conselheiro Fernando, esse impacto é em
163 razão da aplicação da nova regra de taxa de juros 0% (a.a.), isto é uma coisa surreal
164 que está sendo imposta pelo MPS, e que como às senhoras Atuarias colocaram que
165 continuaremos tendo a meta atuarial projetada entre os ativos financeiros, e que este
166 impacto não demonstra a realidade da Instituição, queremos exatamente uma
167 projeção futura mais próxima da realidade. **A atuaria Miki falou** que na realidade
168 chegaram a fazer a projeção com taxa de juros de 6% (a.a.), mas na semana passada
169 quando estiveram em reunião com o representante do MPS, foram orientadas a
170 refazerem os cálculos com a taxa de juros de 0% (a.a.), estes são os resultados
171 oficiais, mas diante da solicitação dos Conselheiros será apresentada a projeção com
172 a situação real da Instituição, e continuarão tentando convencer o pessoal do MPS, de
173 que este cálculo que estão tendo, é irreal, porque a AMPREV tem um ativo que está
174 sendo aplicado. **A senhora Wilma ressaltou** que seguem o que existe na lei, caso
175 contrario, podem ter um respaldo negativo, como recebimentos de ofícios, o CRP -
176 Certificado de Regularidade Previdenciário bloqueado, então, não se pode fugir em
177 nenhum momento das regras estabelecidas pela Secretaria do MPS. **A senhora Miki**
178 **retornou** a apresentação, falou sobre o Plano Financeiro que de acordo com os
179 resultados oficiais, o déficit se dará a partir do ano de 2030 – no DRAA de 2010, o
180 déficit seria verificado entre 2040 e 2042; A simulação a juros de 6% ao ano, o déficit
181 seria verificado em 2041; O impacto da redução da taxa de juros de 6% ao ano para
182 0%; Apresentou a base de dados, com a quantidade de pessoas no plano: No sexo
183 feminino: - 2009 – 8.380; - 2010 – 8.347; - 2011 – 8.480. No sexo masculino: - 2009 –
184 6.784; - 2010 – 6.741; - 2011 – 6.841. Foi verificado que houve um acréscimo no
185 Plano Financeiro, que na teoria não deveria acontecer porque é um plano em extinção,
186 mas será feito a verificação juntamente com o setor de informática da Instituição.
187 **Após a apresentação** das bases de dados da idade e remuneração dos servidores,
188 passamos para a apresentação do Plano Previdenciário. No DRAA de 2011 – O Plano
189 Previdenciário tem um ativo de R\$ 165.456.676,73 (cento e sessenta e cinco milhões
190 quatrocentos e cinquenta e seis mil seiscentos e setenta e seis reais e setenta e três
191 centavos), temos na reserva de benefícios concedidos e a conceder R\$ 72.407.600,09
192 (setenta e dois milhões quatrocentos e sete mil seiscentos reais e nove centavos), e
193 temos um **superávit de R\$ 93.049.076,64 (noventa e três milhões quarenta e nove**
194 **mil setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)**, este plano está totalmente
195 equacionado. No DRAA de 2010 – O Plano Previdenciário apresentou um superávit de
196 R\$ 96.725.045,99 (noventa e seis milhões setecentos e vinte e cinco mil quarenta e
197 cinco reais e noventa e nove centavos). O custeio do plano de 12% para o ente
198 público e 11% para os servidores. As projeções de receitas, despesas e saldo são
199 crescentes. Base de dados, com a quantidade de pessoas no plano: No sexo feminino:
200 - 2009 – 2.204; - 2010 – 2.940; - 2011 – 3.293. No sexo masculino: - 2009 – 1.361; -
201 - 2010 – 2.267; - 2011 – 2.642. **Após a apresentação** das bases de dados da idade e
202 remuneração dos servidores, passamos para a situação atual. Base de dados
203 informada: - Boa qualidade dos dados, poucas inconsistências, mas observaram
204 pequeno acréscimo, em torno de 1,5 %, na quantidade de ativos do Plano Financeiro;
205 - Coerência com a evolução da massa nos últimos 5 anos; - Eventuais dados não
206 informados ou inconsistentes = utilizadas estimativas. **Recomendações finais.**
207 **Recomendações para os próximos trabalhos:** 1- Meta Atuarial – taxa de juros
208 adotados: - Acompanhar a rentabilidade dos planos; - Juros reais – tendências de
209 queda ao longo dos anos; - Taxa diferente da adotada como meta atuarial atinge
210 diretamente nos resultados dos planos. 2- Dados cadastrais: - Efetuar checagem
211 amostral ao longo do ano; - Continuar os recadastramentos periódicos dos servidores,



212 3- Ativo líquido: - Composição diferente da adotada neste trabalho implica em
213 recálculo dos valores do DRAA 2011. Esta foi à apresentação do Estudo do Cálculo
214 Atuarial da AMPREV para 2011. **O Conselheiro Brahuna parabenizou** as Atuarias
215 pelo trabalho apresentado, ficou maravilhado pelo que foi apresentado. **O**
216 **Conselheiro Fernando pontuou**, fez questão do encaminhamento da data em que
217 vai voltar para aprovação neste Conselho o Cálculo Atuarial da AMPREV para 2011. **O**
218 **Presidente colocou** que foi feita uma apresentação preliminar, e o que teria de se a
219 fazer, seguindo a própria orientação da atuaria Miki, junto a AMPREV e a Diretoria de
220 Benefício seria a verificação dos ajustes que elevaram em meio por cento os
221 benefícios, e que segunda a Diretora de Benefício, Alessandra trata de militares, e
222 após esta verificação o cálculo deverá ser apresentado em caráter efetivo, mas não
223 mudará o aspecto técnico. **O Conselheiro Fernando falou** que só se preocupava com
224 a questão de data, porque no calendário ficou uma reunião extraordinária para o dia
225 31/03/11, que está sem pauta, qualquer problema que venha acontecer o cálculo
226 atuarial vai ter que ser postado no site do Ministério da Previdência Social. Concluiu
227 dizendo que seria mais prudente trazer dia 29 ou 30/03/11, assim o Conselho teria
228 tempo de rever qualquer situação, só para questão de cautela. **O Presidente falou**
229 que se as atuarias puderem dar uma posição do cálculo atuarial dia 28 ou 29/03/11,
230 antes da postagem, e se houvesse tempo de fazer a convocação extraordinária, para
231 visualização de como ficou e de como vai ser postado a avaliação atuarial, será feito.
232 **O Conselheiro Fernando falou** que em tese a reunião extraordinária do dia 31 fica
233 flexível nesta demanda. **Todos concordaram.** **PAUTA – ITEM 07 – Apresentação,**
234 **apreciação e aprovação do Relatório de Investimento da AMPREV, referente aos**
235 **meses de novembro e dezembro de 2010; O Presidente passou a palavra a**
236 **Diretora Financeira e Atuarial para realizar a apresentação deste item. A senhora**
237 **Francicleide, Diretora Financeira e Atuarial da AMPREV, falou** que este item não
238 foi apresentado ao Conselho anterior, o assunto requer cuidado e o mercado
239 financeiro é muito complicado, e sugeriu o aguardo da composição do Comitê de
240 Investimento, que será constituído ainda nesta reunião, para que efetue as análises
241 destes relatórios que estão pendentes, juntamente com os relatórios dos meses de
242 janeiro e fevereiro de 2011, que posteriormente será apresentada em outra reunião
243 ordinária deste Conselho. **O Presidente colocou** para o plenário, decidir quanto às
244 considerações acerca da sugestão da Diretora Financeira. **O Conselheiro Claudio**
245 **Pinho considerou** a sugestão pertinente e acompanhou votando a favor da sugestão
246 da Diretora Financeira. **O Conselheiro Fernando falou** que a colocação é pertinente,
247 e fez um complemento do encaminhamento dentro das disposições do art. 107, que
248 dar as competências ao Conselho Fiscal, e sugeriu no primeiro plano que as matérias
249 de novembro e dezembro de 2010, que trata do exercício anterior, fossem submetidos
250 à análise do Conselho Fiscal para emissão de relatório e apresentado a este
251 Conselho, e nesse intervalo de tempo, a Diretoria Financeira investe junto com o
252 Comitê ao levantamento dos dados de janeiro e fevereiro de 2011, inclusive momento
253 em lapso em que não havia Conselho e nem o Comitê acompanhando as aplicações
254 financeiras da AMPREV, vê a necessidade dessa visualização. **O Presidente falou**
255 que os relatórios de investimentos foram solicitados pelo Conselho Fiscal, e já foram
256 encaminhados juntamente com a parte financeira contábil do exercício de 2010. **O**
257 **Conselheiro Fernando falou** que pediu com manifestação, e completo dizendo que
258 no regimento interno deste Conselho e, considerando que o senhor Presidente fez
259 referência de que o Conselho Fiscal já recebeu o material, pediu que atentasse ao art.
260 3º, inciso IV, do Regimento Interno do CEP, dispõe que o Conselho Estadual de
261 Previdência tem a competência de analisar e aprovar os balancetes mensais dos
262 recursos destinados ao RPPS, e por esta razão, solicitou que fosse incluída em pauta
263 a apreciação e aprovação dos balancetes mensais, com a apreciação devida tanto da
264 Auditoria interna da AMPREV quanto do Conselho Fiscal. **O Conselheiro Helton**

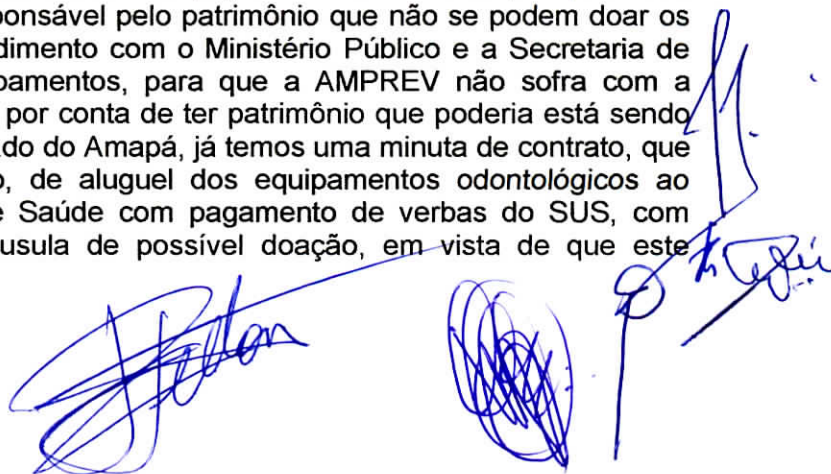


265 **pediu** que o relatório viesse substanciado sobre a questão dos recursos investido no
266 Banco Panamericano, uma vez que o Conselho anterior deliberou pela retirada do
267 recurso deste Banco. **O Presidente falou** que será feito o relatório, contendo todas as
268 aplicações e resgates. **O Conselheiro Fernando colocou** que para abreviar, se o
269 tratamento foi dado para o relatório de investimento, pede extensão ao relatório do
270 próximo item que trata da Apresentação do Relatório com informações de Benefícios
271 Previdenciários Concedidos pela AMPREV, referente ao mês de dezembro de 2010,
272 para que o Conselho Fiscal atue confirmando as informações prestadas pelo Regime,
273 que a competência maior de fiscalizar, é do Conselho Fiscal e a deste Conselho é de
274 acompanhar, então, se os relatórios forem encaminhados, retirasse de pauta e voltam
275 na próxima reunião ordinária que está agendada para o dia 28/03/11. **O Presidente**
276 **falou** que os itens elencados nesta pauta, são em cumprimento ao Regimento deste
277 Conselho e concorda com as colocações do Conselheiro Fernando. **O Conselheiro**
278 **Fernando falou** que na questão do cumprimento do Regimento Interno, entende que
279 o art. 3º, inciso IV, estaria sendo violado, porque o mês de janeiro já deveria ter
280 constado em pauta, uma vez que a exigência de analisar e aprovar os balancetes
281 seriam mensais, mas rende as suas colocações que realmente à pauta premiou
282 determinados assuntos em que na realidade estava com três requerimentos prontos,
283 para logo após a posse pedir assuntos, e realmente vieram constando na pauta sem
284 precisar remeter os seus requerimentos, e isso lhe deixou muito feliz. **O Presidente**
285 **então acrescentou** a sugestão do Conselheiro Fernando, a inclusão dos relatórios de
286 investimentos de janeiro e fevereiro de 2011, dos relatórios de benefícios concedidos
287 de janeiro e fevereiro de 2011 e mais o balancete mensal auditado. **O Conselheiro**
288 **Fernando colocou** que em fevereiro de 2009, no segundo mês de reunião do
289 Conselho, recebeu um documento chamado balancete de verificação relatório
290 gerencial, e veio somente o balancete seco, sem informações, análises e
291 manifestação, e foi solicitado que retornasse para o Conselho Fiscal, e passasse pela
292 Auditoria, mas infelizmente não retornou, e terminou o mandato do Conselho sem
293 obter resposta, pediu ao Presidente que verificasse junto a Auditoria interna ou
294 Conselho Fiscal, da dificuldade de se elaborar um relatório gerencial com informações
295 e manifestações, que é pertinente a competência do próprio Conselho Fiscal. **O**
296 **Conselheiro Helton solicitou** que os relatórios para apreciação e aprovação fossem
297 encaminhados com mais antecedência, para uma melhor análise. **O Presidente**
298 **colocou** para apreciação a sugestão de retirada de pauta, e retornar na próxima pauta
299 da reunião ordinária. **Deliberação: O Conselho aprovou por unanimidade de votos,**
300 **a retirada dos itens 7 e 8, e que sejam incluídos os meses de janeiro e fevereiro**
301 **de 2011, e encaminhar ao Conselho Fiscal para análise e emissão de relatório**
302 **para apreciação e aprovação na próxima pauta da reunião ordinária, juntamente**
303 **com a inclusão do balancete devidamente auditados, e com antecedência.**
304 **PAUTA - ITEM 09 – Votação para a escolha do Vice Presidente do Conselho**
305 **Estadual de Previdência da AMPREV; O Presidente deixou abertas as inscrições.**
306 **O Conselheiro Helton colocou** para apreciação o nome do Conselheiro Fernando
307 Cezar. Não havendo a manifestação de nenhum Conselheiro, e como houve um voto
308 explícito, o Presidente solicitou ao Conselheiro Fernando que afirmasse ou não a sua
309 pretensão ao cargo de Vice Presidente deste Conselho. **O Conselheiro Fernando**
310 **falou** que era a sua pretensão se lançar como candidato, e agradeceu o deferimento
311 do Conselheiro Helton, ressaltou que provocou em 2009, a primeira eleição em
312 cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 6º do Regimento Interno, referente à escolha
313 do Vice Presidente deste Conselho, e na época se lançou como candidato e recebeu a
314 aclamação dos Conselheiros. Falou que tem combatido no sentido de buscar o melhor
315 encaminhamento para o Regime Próprio de Previdência Social, agradeceu e
316 confirmou a sua candidatura. **O Presidente colocou** para aprovação o nome do
317 Conselheiro Fernando. **Deliberação: E por aclamação, o Conselho aprovou a**




318 **escolha do Conselheiro Fernando Cezar Pereira, na qualidade de Vice Presidente**
319 **do Conselho Estadual de Previdência para o biênio de 2011-2012. Item 10 da**
320 **Ordem do Dia – Votação para a composição do Comitê de Investimento da**
321 **Amapá Previdência, para o biênio 2011-2012; O Presidente declarou abertas as**
322 **inscrições. O Conselheiro Ladilson lançou o seu nome como candidato, é sabedor**
323 **que, para compor o Comitê de Investimento há uma exigência na portaria do Ministério**
324 **da Previdência Social, que os membros têm que ter a capacitação na área de**
325 **investimentos e mercado financeiro, CPA-20, ainda não tem, mas sabe que a**
326 **AMPREV pode proporcionar esta qualificação aos membros deste Conselho, e até**
327 **mesmo ao Conselho Fiscal, e que sua formação apesar de ser na área jurídica,**
328 **bacharel em direito, e está fazendo mestrado em direito ambiental e políticas públicas**
329 **e, também tem a formação na área de geografia bacharelado e licenciatura, nas duas**
330 **formações se aprende e discute muito a questão econômica e financeira. O**
331 **Presidente consignou a candidatura do Conselheiro. O Conselheiro Damilton falou**
332 **que a AMPREV lhe proporcionou vários cursos na área financeira, inclusive é**
333 **certificado pelo CPA-10, e colocou a possibilidade de sua permanência no Comitê de**
334 **Investimentos, colocando o seu nome a disposição. O Presidente consignou. O**
335 **Conselheiro Fernando também colocou o seu nome para apreciação dos nobres**
336 **Conselheiros, não querendo dizer que queira ser Vice Presidente e membro do**
337 **Comitê, mas pelo simples propósito de perceber talvez pela chegada dos novos**
338 **Conselheiros, certo receio pela visualização de algumas situações. De igual sorte não**
339 **tem a qualificação necessária, mas o seu pedido é que, pelo menos semestralmente**
340 **se possa buscar esta qualificação, não somente para o Conselho de Previdência,**
341 **Conselho Fiscal e técnicos da AMPREV, mas também aberto aos demais servidores**
342 **do estado, que por ventura possa vim a ser representantes neste Conselho, a**
343 **dinamização e abertura desse procedimento visa garantir de que futuramente, quem**
344 **possa vim a sucede-los neste Conselho, já tenha a qualificação que é devida. Concluiu**
345 **colocando a sua formação de contador e também especialização em gerencia empresarial**
346 **a nível privado e em auditoria governamental. O Presidente fez questão de frisar que**
347 **em sua administração tem uma política voltada para a excelência em gestão**
348 **administrativa, e o principal ponto é ter recursos humanos capacitados, é evidente que**
349 **será feito este investimento, trará os parceiros na área de finanças como o Banco do**
350 **Brasil, Caixa Econômica Federal e demais entidades da área de consultoria, com o**
351 **objetivo de capacitar os Conselheiros e funcionários da AMPREV, como também o**
352 **Comitê de Investimentos. Continuando, falou que conforme o regulamento do Comitê**
353 **de Investimentos será composto de cinco membros, assim distribuídos: um membro**
354 **da Diretoria Executiva da AMPREV; um membro do quadro de servidores da AMPREV**
355 **e três membros do Conselho Estadual de Previdência. Em seguida conforme o**
356 **Regulamento do Comitê indicou o nome da Francicleide Marinho – Diretora Financeira**
357 **e Atuarial e Carlos Roberto dos Anjos Oliveira – Chefe da Divisão de Controle Atuarial**
358 **e Mercado, para compor o Comitê. Logo após não havendo mais manifestações, o**
359 **Presidente colocou para deliberação do plenário as manifestações de candidaturas e**
360 **indicações. Deliberação: O Conselho aprovou por unanimidade de votos a**
361 **escolha dos Conselheiros Ladilson Costa Moita, Damilton Barbosa Salomão,**
362 **Fernando Cezar Pereira, Francicleide Marinho Lima – Diretora Financeira e**
363 **Atuarial e Carlos Roberto dos Anjos Oliveira - Chefe da Divisão de Controle e**
364 **Mercado para comporem o Comitê de Investimento para o biênio de 2011-2012.**
365 **PAUTA – ITEM 11 - Comunicação da Presidência; Foi passado para os**
366 **Conselheiros uma minuta de pauta com o levantamento de assuntos que estão**
367 **pendentes para apreciação deste Conselho, gostaria de receber sugestões de como**
368 **deveria ser o encaminhamento dos itens. PAUTA – ITEM 12 – COMUNICAÇÃO DOS**
369 **CONSELHEIROS. Abertas as inscrições, os Conselheiros: Helton, Marcio, Ladilson,**
370 **Fernando e Juliano, terão as oportunidades. O Conselheiro Helton falou que,**

371 gostaria de acompanhar quais são, e as condições dos imóveis pertencentes à
372 AMPREV, solicitou a publicidade dos atos da administração da AMPREV na gestão
373 patrimonial, financeira e orçamentária no site ou encaminhamento aos e-mails dos
374 Conselheiros. **O Presidente informou** que estão tentando superar as dificuldades na
375 área da informática, será colocado um link de velocidade, com um portal idêntico ao
376 portal da Previdência Social, que será o portal da transparência/AMPREV, onde
377 constarão todos os dados dos contratos, gastos com servidores, compras que serão
378 feitas, balancetes e investimentos. **O Conselheiro Marcio também** reforçou a questão
379 da atualização das informações do site da AMPREV, falou que entrará com
380 requerimento nas próximas reuniões, para esclarecimentos sobre descontos
381 previdenciários indevidamente sobre as gratificações dos servidores, que vem
382 acontecendo desde os quatro meses passados (deu como exemplo os servidores do
383 IAPEN), e sobre a importância de qualificação dos novos Conselheiros, para que
384 possam se adequar e participar de forma mais coerente na Instituição. **O Conselheiro**
385 **Ladilson falou** que sua comunicação será indagações, como que a atual gestão está
386 encaminhando a questão que foi deliberada no ano passado, do plano de
387 reestruturação da AMPREV, plano de carreiras. Pediu o cumprimento do § 9º, Art. 6º
388 do Regimento Interno, para garantir a participação dos Conselheiros, porque uma das
389 dificuldades do Conselho anterior foi à ausência contínua dos representantes do
390 Executivo e Assembleia Legislativa. Solicitou esclarecimentos sobre qual o
391 encaminhamento do plano de reestruturação da AMPREV, pediu um diagnóstico, até
392 bimestralmente, das ações judiciais, como por exemplo, a ação judicial do Cajari
393 patrimônio dos servidores. Falou que, a sugestão de pauta que foi passado, ficou
394 estarecido pela questão do item quatorze que trata de escolha de Conselheiro para
395 relatar o Processo de nº 2011.140.100025PA, referente à doação do equipamento
396 odontológico do CAIS, indagou, se tem por parte da Presidência algum
397 encaminhamento para fazer o levantamento do valor que foi adquirido os
398 equipamentos, e de que forma seria feito esta possível doação, colocou que seria
399 melhor alienar para o próprio Estado. **O Presidente falou** que a Procuradoria Jurídica
400 está fazendo o levantamento de todas as ações da AMPREV, como da reintegração
401 de posse da área do Cajari, e temos também a contestação da ação de
402 reconhecimento de dívida pelo Estado, estamos dentro do prazo para fazer a
403 contestação, a Administração está tratando com seriedade todas as questões
404 patrimoniais, tanto de imóveis quanto de material permanente, e os equipamentos
405 odontológicos foi constituído a partir de doações do Banco do Brasil e do Bradesco, foi
406 feito a incorporação aos patrimônios da AMPREV com número de patrimônio e
407 tombamento. E em vista do estado está em uma situação extremamente deplorável
408 em termos de saúde pública, o Ministério Público sabendo que a AMPREV tem estes
409 equipamentos, foram até o prédio onde funcionava o Centro de Atendimento Integrado
410 ao Servidor – CAIS, hoje funciona a Diretoria de benefícios da AMPREV, e fizeram a
411 verificação desses equipamentos que estão se deteriorando, muitas ferramentas já
412 estão praticamente descartadas, o Conselho em tempos anteriores fez uma avaliação
413 para que fosse definido um leilão desses equipamentos, inclusive foram avaliados,
414 salvo engano, em treze mil reais, cada conjunto, mas não tiveram êxito, e os
415 equipamentos ficaram jogados em caixas de papelão e descobertos, e pelo seu
416 entendimento como gestor, e responsável pelo patrimônio que não se podem doar os
417 equipamentos, mas há um entendimento com o Ministério Público e a Secretaria de
418 Saúde para a locação dos equipamentos, para que a AMPREV não sofra com a
419 intervenção do Ministério Público, por conta de ter patrimônio que poderia está sendo
420 utilizada para a população do Estado do Amapá, já temos uma minuta de contrato, que
421 será submetido a este Conselho, de aluguel dos equipamentos odontológicos ao
422 Estado, através da Secretaria de Saúde com pagamento de verbas do SUS, com
423 período específico, contendo cláusula de possível doação, em vista de que este



424 Conselho é o gestor maior, no que tange a questão dos bens da AMPREV, tanto dos
425 imóveis quanto patrimônios imobilizados, o processo está em andamento, e após será
426 submetido para deliberação deste Conselho, todos terão o conhecimento do que está
427 sendo realizado com a Secretaria de Saúde, e além desses equipamentos
428 odontológicos, temos outros, como: um oftalmológico, dois eletro cardiograma, tem até
429 um ressuscitador que o Pronto Socorro não tem, temos um aparelho ultrassonográfico
430 fetal e outros mais, e pergunta aos Conselheiros, o que se deve fazer com esses
431 equipamentos, temos que dar uma finalidade objetiva, como a de ser útil a população
432 do Estado do Amapá. **O Conselheiro Brahuna falou** que o art. 169 da constituição
433 Federal consagra o direito da saúde e vida aos cidadãos, dever do Estado
434 assistencial, para diante dos olhos de uma administração pública que se cegou pela
435 estaleza da lei, hoje as unidades de saúde estão carentes de equipamentos para
436 prestar uma boa assistência à saúde, a saída para estes equipamentos é exatamente
437 esta, se não for fazer a doação, vamos pelo menos fazer a locação, e está enganado
438 quem diz que a administração pública não pode fazer doação ou locação, qualquer
439 doutrinador em matéria de direito administrativo sabe que a administração pode se
440 sujeitar a contratos e normas de direito privado, se inexistente no campo de direito
441 público, agora o que não pode, é se sujeitar a norma de direito privado violando os
442 princípios que estão consagrados no art. 37 da Constituição Federal. Louva a iniciativa
443 da direção da AMPREV, no sentido de que como estes equipamentos representam
444 valores que podem ingressar nos ativos da AMPREV, não vamos dar de graça, vamos
445 locar ao Estado, porque as unidades de saúde estão sem equipamentos para poder
446 dar uma assistência condigna ao cidadão. **O Conselheiro Ladilson pediu** uma
447 questão de ordem e pediu esclarecimentos sobre o plano de reestruturação da
448 AMPREV. **O conselheiro Fernando pediu** que fosse respeitada a ordem de inscrição
449 dos Conselheiros, e que a Presidência ficasse atenta a este critério, porque houve a
450 manifestação sem pedido de ordem ou a parte, enquanto haviam Conselheiros
451 inscritos. **O Presidente falou** que após as falas dos Conselheiros que estão inscritos,
452 retornaria para concluir as explicações com relação à pergunta do Conselheiro
453 Ladilson. **O Conselheiro Fernando falou** que não iria partir para a comunicação, mas
454 gostaria que diante da pauta, que foi distribuída, com levantamentos de assuntos
455 pendentes, buscou no Regimento Interno a pacificação de alguns itens, uma vez que
456 este plenário é soberano, pediu que fosse submetido aos demais Conselheiros, o art.
457 13 trata da competência do Presidente deste Conselho, em seu inciso VII, diz
458 "designar relator para análise de questões a serem submetidas ao Plenário", e como
459 temos três processos para ter designação de relator, o assunto não vem para a pauta,
460 é competência privativa da Presidente, poderia vim na próxima reunião ordinária à
461 solução dos processos, ao invés de esperar a pauta de uma reunião ordinária para ter
462 a escolha do relator, de imediato eliminaria três itens que estão pendentes de
463 posicionamento, outra sugestão, também buscando no Regimento Interno o art. 16,
464 que diz "ao plenário compete à deliberação a deliberação, discussão e decisão quanto
465 a matérias e questões incluídas na competência do Conselho, na forma da legislação
466 pertinente, proferindo decisão definitiva em assuntos de natureza previdenciária", mais
467 abaixo no art. 23, que trata das "sessões plenárias", e no inciso III "as extraordinárias",
468 no seu § 3º, que diz que "as sessões extraordinárias devem ser realizadas quando o
469 interesse do serviço e a conveniência administrativa assim o exigir", não há
470 estipulação de item, o Conselho apenas convencionou, e tendo em vista que temos
471 acúmulo, podemos consultar este Conselho, uma vez que teve uma ideia formal de
472 que seria só um item, para vencemos a pauta pendente e colocar pelo menos dois
473 itens na extraordinária, e assim conseguiríamos avançar na apreciação de pendências
474 e discussões de assuntos mais importantes. **O Presidente falou** que após as falas do
475 Conselheiro Juliano, iria tecer os comentários acerca das colocações do Conselheiro
476 Fernando. **O Conselheiro Juliano informou** que o Estado está efetuando os

477 pagamentos de três acordos que são referentes: ao CAIS, dívida previdenciária da
478 parte do segurado e o da parte do Patronal, o Governador Camilo para mostrar a boa
479 vontade e o respeito à Previdência do servidor público, vem efetuando estes
480 pagamentos para regularizar a previdência e ter os recursos Federais para o Estado.
481 Gostaria de pedir uma posição deste Conselho e da AMPREV, com relação à
482 sentença judicial que o estado começou a pagar, referente à dívida previdenciária da
483 parte do segurado, que foi parcelado, que está sendo depositado em juízo, é
484 importante que haja um processo de definição dessa situação para que o Estado e a
485 Secretaria de Planejamento possam realmente se planejar para garantir o pagamento
486 desses recursos. Informou que Governo atual está repassando as contribuições
487 previdenciárias em dia, e irão fazer um esforço para que não haja descontinuidade.
488 Perguntou qual a ação, ou se existe alguma ação efetiva que este Conselho ou que a
489 AMPREV vai fazer com relação à responsabilidade, até para que seja pedagógico
490 para que outros governantes não venham ter esse tipo de atitude, qual seria a posição
491 do Presidente e do Conselho, em relação à possível responsabilização dos gestores
492 que deixaram de cumprir com a previdência dos servidores do Estado. **Após a**
493 **manifestação dos Conselheiros que estavam inscritos, o Presidente retornando a**
494 **palavra**, falou que o processo de reestruturação da AMPREV está em andamento,
495 temos a consultoria que está trabalhando juntamente com uma comissão formada de
496 dez membros que fazem parte da Administração, para a elaboração do plano, cargos
497 e salários da AMPREV, o prazo para conclusão dos trabalhos é de noventa dias. A
498 Procuradoria Geral do Estado detectou algumas imperfeições no Projeto de lei da
499 AMPREV elaborado pelo Conselho Estadual de Previdência – CEP, que devolveu o
500 processo a Instituição para as devidas correções, e está com a Procuradoria Jurídica
501 da AMPREV para fazer as correções, e após, submeter a este Conselho, e será feito o
502 devido encaminhando para a Assembleia Legislativa e no que tange a sugestão de
503 pauta, acha plausível que se analise em caráter extraordinário dois itens para que este
504 Conselho avance nos trabalhos a ser desenvolvido na Instituição, e se os
505 Conselheiros acharem pertinentes já seria feito o encaminhamento de dois itens por
506 extraordinária, e quanto à questão colocada pelo Conselheiro Juliano, falou que está
507 com todos os levantamentos, inclusive das informações passadas pelo Ministério da
508 Previdência Social – MPS, no que tange as irregularidades na formalização dos
509 acordos referente à contribuição do segurado, tanto de 2009 que foi avalizado pelo
510 Conselho, quanto de 2010, que não deveria ter sido parcelado, segundo o relato do
511 MPS diz que não poderia ser parcelado por conta de que já havia a apropriação
512 indébita da contribuição do segurado, e muito mais ainda haveria a possibilidade de se
513 fazer um novo acordo, mesmo através de composição financeira via judicial. Falou que
514 está com as informações e vai municiar o Ministério Público Estadual do Estado do
515 Amapá, segundo decisões já reiteradas no STJ e no RNSTF diz que o Ministério
516 Público Estadual tem capacidade de agir em questões previdenciárias, foi informado
517 também ao Ministério Público Federal - MPF, por conta que o Ministério da
518 Previdência questiona de que a competência é concorrente e lhe cabe também de ser
519 municiado desta situação, e por conta que MPS se vale da Procuradoria Geral da
520 República também será municiado. Está quase tudo pronto para ser encaminhado a
521 estes órgãos, além de outras situações que os Conselheiros tomaram ciências nas
522 próximas reuniões, está em fase de apuração à venda da carteira que foi vendida em
523 2007, era custodiado no Banco HSBC, houve um prejuízo para a AMPREV em torno
524 de mais de doze milhões de reais, existem outras informações que ainda não podem
525 ser municiada a este Conselho, mas no devido tempo será repassada, terá sempre um
526 princípio fundamental a responsabilidade com a “res pública” e com a transparência
527 para todos os órgãos públicos responsáveis em apurar quaisquer apropriações
528 indébitas que por ventura tenham ocorridos internamente na AMPREV, de quem quer
529 que seja a participação, que seja devidamente apurado pelos órgãos mencionados, e

530 que haja punição dentro da lei para os responsáveis, este é o principio desta
 531 Administração, e outro encaminhamento no sentido de implementar uma excelência
 532 em gestão Administrativa internamente, para que todos os processos interno tenham
 533 um encaminhamento dentro de um funcionalidade de organograma funcional para
 534 acompanhamento com facilidade e tranquilidade não somente pelos Conselheiros que
 535 estão para fiscalizar, mas pela população do Estado do Amapá, afinal temos dois
 536 componentes importante, a contribuição do segurado e do Patronal que advém dos
 537 tributos públicos que são arrecadados com fim social ao Estado, e gostaria de
 538 compartilhar a sua responsabilidade como gestor desta Instituição com este Conselho.
 539 **O Conselheiro Marcio solicitou** o acesso ao processo de doação dos equipamentos
 540 do CAIS, e que é pertinente à ideia colocada pelo Conselheiro de locação desses
 541 equipamentos, mas sugeriu a possibilidade de venda já que a AMPREV não pode
 542 gerenciar este serviço de saúde aos servidores, então que se faça a avaliação e seja
 543 vendido ao Estado, já que a necessidade maior é do Estado. **O Presidente falou** que
 544 verdadeiramente já está em curso o procedimento de locação, com a possibilidade de
 545 doação, mas será submetida a este Conselho, também a possibilidade de venda,
 546 como até mesmo como colocou o nosso Conselheiro magistrado, que nos dar o prazer
 547 de compor neste Conselho. **O Conselheiro Ladilson solicitou** a titulo de
 548 encaminhamento que na próxima reunião ordinária que seja feito um informe da
 549 Procuradoria/AMPREV sobre os processos pendentes, podendo ser de forma de
 550 relatório. **PAUTA - ITEM 13 – O que ocorrer.** Não houve nada a tratar neste item. E
 551 nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às dezenove
 552 horas e quatorze minutos, da qual eu, Josilene de Souza Rodrigues,
 553 Secretária, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes.
 554 Macapá-AP, 02 de março de 2011. 

555
 556 Elcio José de Souza Ferreira: _____
 557 **Presidente do Conselho**

558
 559 Kelson de Freitas Vaz: _____
 560 **Membro Titular, representante do Poder Executivo.**

561
 562 Juliano Del Castillo Silva: _____
 563 **Membro Titular, representante do Poder Executivo.**

564
 565 Claudio Pinho Santana: _____
 566 **Membro Titular, representante do Poder Executivo.**


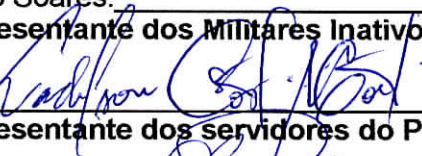
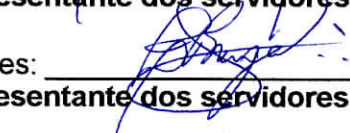

567
 568 Constantino Augusto Tork Brahuna: _____
 569 **Membro Titular, representante do Tribunal de Justiça.**

570
 571 Damilton Barbosa Salomão: _____
 572 **Membro Titular, representante do Tribunal de Contas.**

573
 574 Luiz Marcos da Silva: _____
 575 **Membro Titular, representante do Ministério Público.**

576
 577 Marcio Roney Neves Sousa: _____
 578 **Membro Titular, representante dos Servidores Civis Ativos.**

579
 580 Maria Iolete da Silva Nunes: _____
 581 **Membro Titular, representante dos Servidores Civis Inativos.**
 582

583 Helton Pontes Costa: 
584 **Membro Titular, representante dos Militares ativos.**
585
586 Hedy Robson de Gildo Soares: _____
587 **Membro Titular, representante dos Militares Inativos.**
588
589 Ladilson Costa Moita: 
590 **Membro Titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.**
591
592 Lourival Pinheiro Borges: 
593 **Membro Titular, representante dos servidores da Assembleia Legislativa.**
594
595 Fernando Cezar Pereira da Silva: 
596 **Membro Titular, representante dos servidores do Ministério**
597
598